

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

**ANEXO III.C – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A CPTM, METRÔ, MRS E OUTRAS  
CONCESSIONÁRIAS**

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

**PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO**

**PARTE III – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ELETROMÍDIA**

**PARTE IV – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA PARA OPERAÇÃO DO EXPRESSO TURÍSTICO**

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**ÍNDICE**

<b>PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
1. OBJETIVOS .....	4
2. DIRETRIZES GERAIS.....	5
3. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA .....	10
<b>PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES, CCO E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO</b>	
13	
4. INTEGRAÇÃO METROFERROVIÁRIA EM ESPÉCIE .....	14
5. INTEGRAÇÃO COM TERMINAIS DE ÔNIBUS, BICICLETÁRIOS E CONVÊNIO PAESE.....	18
6. CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CELEBRADOS COM OS MUNICÍPIOS, DEMAIS ENTES FEDERATIVOS, AUTARQUIAS E OUTROS.....	18
7. QUADRO RESUMO DAS INTEGRAÇÕES .....	19
<b>PARTE III – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ELETROMÍDIA.....</b>	<b>21</b>
8. DIRETRIZES GERAIS SOBRE O CONTRATO ELETROMÍDIA .....	21
9. RESPONSABILIDADES DAS PARTES INTERESSADAS .....	22
10. CARACTERÍSTICAS DO EXPRESSO TURÍSTICO .....	26
FIGURAS .....	29

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

**PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**1. OBJETIVOS**

- 1.1. Este ANEXO tem por objetivo o estabelecimento de diretrizes de convivência entre as PARTES do CONTRATO e terceiros que compartilhem direitos e obrigações relacionados aos SERVIÇOS ou INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
- 1.2. As regras de convivência entre as PARTES envolvidas na execução de serviços, sistemas e obras serão estabelecidas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, cuja composição é definida pelo CONTRATO, visando a:
  - i. Viabilizar e organizar a convivência entre as PARTES afetadas durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 10 e a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 10, no que couber, levando-se em consideração as infraestruturas e instalações existentes e já operacionais e aquelas ainda em implantação pelas concessionárias citadas e, portanto, ainda não operacionais;
  - ii. Compatibilizar os cronogramas das atividades de transferência das infraestruturas e/ou instalações existentes com os das atividades a serem futuramente implementadas em relação às obras civis e SISTEMAS nas instalações do Complexo Roosevelt, previstas para as LINHAS bem como para os SERVIÇOS EXPRESSOS e outros equipamentos públicos em implantação pelas demais concessionárias;
  - iii. Integrar e aprimorar esforços e condições de segurança do trabalho, de prevenção de acidentes e gestão de riscos, tanto no ambiente de obras, quanto como para os USUÁRIOS, em trechos operacionais;
  - iv. Viabilizar diretrizes e ações a serem adotadas visando à mitigação de riscos decorrentes das atividades que ocorrerão em regime de convivência; e
  - v. Elaborar procedimentos e regras de convivência entre as partes, sempre que necessário, visando a integração operacional, quando houver, detalhando a forma de acesso, a utilização compartilhada das instalações e funcionalidades das oficinas, das estações, bilheterias quando for o caso, vestiários, banheiros, copa e outras dependências necessárias para a plena operação e manutenção das áreas e dos equipamentos.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 1.2.1. Para cumprimento dos objetivos previstos neste ANEXO, são apresentadas a seguir as diretrizes que orientarão a convivência entre o PODER CONCEDENTE, a ARTESP, a CONCESSIONÁRIA, a CPTM, o METRÔ, a MRS e demais concessionárias de serviço de carga e mobilidade urbana sobre trilhos, e contratadas e ou prepostas de quaisquer destes, ou futuras concessionárias, no que couber a cada uma delas em razão da necessidade de convivência operacional, principalmente nas interfaces da execução das obras civis, instalação dos sistemas, testes, comissionamentos e manutenção, dentre outros.
- 1.2.2. Tais diretrizes deverão ser desdobradas em procedimentos detalhados após a assinatura do CONTRATO, a partir de reunião a ser convocada pela ARTESP e CPTM, para organização e melhor desenvolvimento dos serviços e atividades pertinentes às interfaces ao longo do período de transferência da operação das LINHAS, observada a atuação do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

**2. DIRETRIZES GERAIS**

- 2.1. Os ativos compartilhados observarão as seguintes diretrizes gerais.

- i. A LINHA 10:
- a. para fins operacionais, atualmente, esta linha está definida sob o trecho entre Estações Luz e Rio Grande da Serra, sendo que após a FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 10, operará entre Estações Bom Retiro e Rio Grande da Serra;
  - b. compartilha atualmente com a MRS as vias 3 e 4, no trecho entre a Alameda Nothmann e a estação Brás, além das vias 1, 2 e 3, entre Brás e Rio Grande da Serra;
  - c. compartilha com os SERVIÇOS EXPRESSO PARANAPIACABA e EXPRESSO ABCas vias 1, 2 e 3, no trecho entre Brás e Rio Grande da Serra;
  - d. compartilha 2 valas para manutenção de MATERIAL RODANTE a cargo de outras CONCESSIONÁRIAS e ou CPTM, no PÁTIO ROOSEVELT, com outras CONCESSIONÁRIAS e/ou CPTM, em razão de contrato por esses firmados, respeitado o prazo máximo de conclusão dos empreendimentos previstos por esses contratos;
  - e. compartilha PÁTIO LAPA com a PPP da Linha 7 – Rubi e TIC EIXO NORTE, para que sejam prestados serviços de manutenção da Linha 10 – Turquesa enquanto os respectivos EMPREENDIMENTOS PAT [--], PAT [--], PAT [--] não

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

tiverem sido entregues ou em até [--] ANO DA CONCESSÃO, o que ocorrer primeiro;

- f. No PÁTIO ROOSEVELT, a CONCESSIONÁRIA deverá compartilhar com a CPTM ou com a futura CONCESSIONÁRIA DO LOTE ALTO TIETÊ, até a conclusão dos empreendimentos relacionados ou até o prazo do oitavo ANO DA CONCESSÃO, o que ocorrer primeiro, 2 (duas) valas de manutenção: uma destinada à manutenção pesada e outra que suporte dois trens de oito carros cada para manutenção leve.
  - g. A CONCESSIONÁRIA compartilhará, de forma temporária, o atual TLS PIRITUBA, até a conclusão dos EMPREENDIMENTO PAT [--], PÁTIO UTINGA, ou até o oitavo ANO DA CONCESSÃO, o que ocorrer primeiro;
  - h. A CONCESSIONÁRIA compartilhará, de forma temporária, o LAVADOR BARRA FUNDA, até a conclusão dos EMPREENDIMENTO PAT [--], PÁTIO Utinga, ou até o oitavo ANO DA CONCESSÃO, o que ocorrer primeiro.
  - i. O CCO da CPTM no Brás, sob a administração da CONCESSIONÁRIA permanecerá compartilhado com CPTM, sua sucessora e/ou futuras linhas de transportes ferroviários de passageiros, incluindo a CONCESSIONÁRIA DO LOTE ALTO TIETÊ;
  - j. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir o convênio vigente com a MRS, apenso ao ANEXO XI.
- ii. A LINHA 14:
- a. para fins operacionais, atualmente, é definida no trecho entre Bonsucesso e ABC;
  - b. compartilha com a linha 12, a faixa de domínio ao norte junto a Estação São Miguel Paulista;
- iii. O EXPRESSO PARANAPIACABA:
- a. para fins operacionais, atualmente, é definido no trecho entre Luz e Paranapiacaba da Serra, com parada intermediária em Prefeito Celso Daniel;
- iv. O EXPRESSO ABC:

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- a. para fins operacionais, atualmente, é definido entre Tamanduateí e Santo André, com parada intermediária em São Caetano;
  - v. O EXPRESSO MOGI:
    - a. para fins operacionais, atualmente, é definido no trecho entre Luz e Mogi das Cruzes;
  - vi. Nas oficinas do PÁTIO Lapa e PÁTIO Pirituba:
    - a. são prestados serviços de manutenção para outras linhas da CPTM, além das LINHAS; e
    - b. deverão ser compartilhadas entre a CPTM, futuras concessionárias do serviço metroferroviário e a CONCESSIONÁRIA, sob regramento a ser estabelecido pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA por ocasião da efetiva utilização de suas estruturas, de maneira que não existam conflitos, inclusive para o deslocamento das frotas da CPTM ou futuras concessionárias, veículos auxiliares e locomotivas, até as instalações das oficinas;
- 2.2. A CONCESSIONÁRIA, a ARTESP, a CPTM, o METRÔ, as concessionárias de serviço de mobilidade urbana sobre trilhos, e contratadas de quaisquer destes, ou futuras Concessionárias, no que couber a elas em razão da necessidade de convivência operacional das estruturas a serem compartilhadas, deverão detalhar a interface de operação das estações compartilhadas, definindo as responsabilidades de cada uma, observadas as disposições da PARTE II deste ANEXO.
- 2.3. No caso de não concordância plena ou parcial com os acordos necessários para solução das interfaces previstas nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 2.2, caberá às PARTES a tentativa de resolução e seus encaminhamentos, adotando, no que couber, as diretrizes constantes no CONVÊNIO CPTM-MRS celebrado entre a MRS e a CPTM, apenso ao ANEXO XI, e o disposto no CONTRATO, inclusive quanto às resoluções de divergência em matérias relacionadas ao CONTRATO.
- 2.4. A convivência entre a CONCESSIONÁRIA e a MRS deverá considerar as condições fixadas no TERMO DE COOPERAÇÃO entre SPI e MRS<sup>1</sup> e no CONVÊNIO CPTM - MRS relativamente aos trechos da LINHA 10, cujas obrigações e direitos da CPTM serão sub-rogados à CONCESSIONÁRIA, bem como respeitar as condições operacionais necessárias para viabilizar a execução dos EMPREENDIMENTOS e dos INVESTIMENTOS DA MRS.

---

<sup>1</sup> Conforme Comunicado SPI/CPP Nº[---]/2025, disponível no site do projeto.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 2.4.1. Para atendimento à obrigação prevista no item 2.3, a CONCESSIONÁRIA e a MRS deverão celebrar instrumento voltado a reger demais compromissos de convivência, o qual também deverá contemplar as previsões necessárias para o cumprimento da cláusula 2.29 do CONVÊNIO CPTM-MRS e deverá ser submetido à ARTESP.
- 2.4.2. Eventuais compartilhamentos adicionais de vias de carga e de passageiros para além das hipóteses previstas neste ANEXO dependerão de arranjo específico a ser firmado entre CONCESSIONÁRIA e MRS, bem como atendimento aos seguintes requisitos:
- 2.4.3. atendidos os regramentos do CONTRATO e seus ANEXOS;
- (i) respeitadas as restrições operacionais e técnicas das vias; e
  - (ii) mantidas a qualidade e a prestação dos SERVIÇOS, sem qualquer prejuízo para os USUÁRIOS.
- 2.4.3.1. Em qualquer hipótese, o compartilhamento adicional de vias somente poderá ocorrer mediante prévia anuência da ARTESP, observando condições constantes do ANEXO III.A.
- 2.4.4. Eventuais perdas e danos ocasionados à CONCESSIONÁRIA pela MRS na execução dos INVESTIMENTOS DA MRS não configurará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor da CONCESSIONÁRIA, que deverá acionar a MRS diretamente visando à reparação devida.
- 2.4.5. O TERMO DE COOPERAÇÃO entre SPI e a MRS poderá ser modificado de comum acordo entre as partes, devendo o PODER CONCEDENTE comunicar mudanças à CONCESSIONÁRIA, a qual deverá tomar as devidas todas as medidas quando o PODER CONCEDENTE assim o determinar, para adequar a operação e a prestação dos SERVIÇOS ao novo regramento do TERMO DE COOPERAÇÃO, respeitadas as regras definidas neste CONTRATO e seus ANEXOS.
- 2.4.6. Caso a alteração do TERMO DE COOPERAÇÃO impacte o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá o direito de pleitear junto a ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro contratual, que deverá ser processado em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 2.5. Na utilização da infraestrutura de manutenção dos PÁTIO Roosevelt, PÁTIO Utinga e PÁTIO Capuava, a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP deverão observar o disposto nesta cláusula.



**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 2.6. No uso compartilhado das instalações dos PÁTIO Roosevelt, PÁTIO Utinga e PÁTIO Capuava, principalmente considerando a movimentação de trens para os vários tipos de manutenção, e já que esta movimentação, em grande parte dos eventos, deverá ocorrer com trens da CPTM ou de futuras concessionárias, circulando e cruzando as vias da CONCESSIONÁRIA, deverão ser detalhados os procedimentos, devidamente validados pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, cabendo observar os seguintes critérios:
- i. Fica proibido qualquer trem ou locomotiva da CPTM ou de futuras concessionárias compartilhar as vias dos SERVIÇOS das LINHAS, nos períodos de pico, para acesso/saída dos PÁTIO Roosevelt, PÁTIO Utinga e PÁTIO Capuava;
  - ii. A elaboração dos procedimentos deverá considerar o menor impacto possível no PLANO DE OFERTA DE LUGARES dos SERVIÇOS das LINHAS, e se impactar, este impacto deverá ser refletido na apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO III.D;
  - iii. Caso seja necessária a realização de qualquer adaptação ou aquisição de equipamentos para permitir o compartilhamento das instalações do PÁTIO Roosevelt, PÁTIO Utinga e PÁTIO Capuava, estes serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, observando inclusive todas as normas trabalhistas e ambientais pertinentes.
  - iv. É obrigatório que, mensalmente, e com antecedência mínima definida em procedimento específico, sejam apresentados e registrados no Sistema de Controle da Manutenção, pelos supervisores de manutenção de trens da CONCESSIONÁRIA e ou da CPTM, as respectivas programações de uso das vias e valas dos PÁTIO Roosevelt, PÁTIO Utinga e PÁTIO Capuava, superando-se, desta maneira, eventuais conflitos emergentes ao seguir-se com o procedimento a ser estabelecido entre as partes;
  - v. Estes registros deverão ser, no mínimo, de conhecimento do CCO e das demais supervisões técnicas que utilizam os Pátios e os Complexos de Manutenção;
  - vi. Será garantido à CONCESSIONÁRIA o acesso às vias desde a Estação Brás até o acesso às edificações do PÁTIO Roosevelt, PÁTIO Utinga e PÁTIO Capuava;
  - vii. Exceto em circunstância excepcional, as movimentações deverão ocorrer fora do horário de pico, ou seja, no horário de vale ou noturno e finais de semana;
  - viii. A escala de prioridade no uso das vias e valas de manutenção de trens se dará na proporção das frotas que estão registradas nas programações, e será objeto de reuniões de acesso, com a participação de representantes de todas as partes envolvidas.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 2.6.1. Os processos de acessos, rateios de consumo de água, energia, despesas com IPTU, entre outros gastos voltados à operação dos ambientes e ativos por ventura compartilhados, deverão ser acordados e detalhados em procedimentos estabelecidos pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, dentre as concessionárias, após a assinatura do CONTRATO, conforme disposto no ANEXO III.B.
- 2.6.2. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverá registrar situações que envolvam materiais, equipamentos ou bens de pessoas ou empresas terceirizadas, buscando dar ciência aos responsáveis sobre o compartilhamento da infraestrutura em curso e a adequada destinação destes bens.
- 2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá anuir com a passagem do TIC EIXO SUL e TIC EIXO LESTE por suas vias, desde que não cause prejuízos à sua OPERAÇÃO COMERCIAL e ao PLANO DE OFERTA DE LUGARES.
- 2.7.1. No momento do início da operação do TIC EIXO SUL e do TIC EIXO LESTE, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a avaliação do AUDITOR INDEPENDENTE quanto a eventuais prejuízos operacionais, cabendo ao AUDITOR INDEPENDENTE emitir laudo às PARTES em prazo a ser fixado pela ARTESP.
- 2.7.2. Após a avaliação do AUDITOR INDEPENDENTE, a ARTESP terá 15 (quinze) dias para avaliar a conclusão do AUDITOR INDEPENDENTE ou emitir decisão própria, devidamente fundamentada.
- 2.7.3. O processo do item acima poderá se repetir ao longo da CONCESSÃO, sempre que a CONCESSIONÁRIA identificar um novo elemento ou prejuízo que fundamente a necessidade de reanálise dos dados e avaliação de eventual prejuízo.
- 2.7.4. Uma vez identificado prejuízo à OPERAÇÃO COMERCIAL e ao PLANO DE OFERTA DE LUGARES mensurável, será caracterizado EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor da CONCESSIONÁRIA.
- 2.8. No caso de haver subestações compartilhadas com outras linhas, deverá haver o rateio da fatura de energia a partir de medições individualizadas de cada operador, conforme acordos a serem definidos no COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, após a assinatura do CONTRATO.

**3. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA**

***Considerações gerais***

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- 3.1. Na implantação dos EMPREENDIMENTOS que afetem outras concessionárias, a CPTM, o METRÔ, ou a MRS, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o respectivo PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA, considerando a minimização dos impactos aos USUÁRIOS e aos serviços prestados pelas partes impactadas, bem como observar os gabaritos mínimos necessários para a continuidade do direito de passagem de concessionárias de carga.
- 3.1.1. Os PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA serão apresentados ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 3.1.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA a liberação dos acessos para execução de obras ou manutenção de vias à MRS e suas contratadas, acordando procedimentos específicos previamente à liberação de tais acessos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no ANEXO III.A, no TERMO DE COOPERAÇÃO celebrado entre a MRS e a SPI e no CONVÊNIO CPTM - MRS<sup>2</sup>, ambos constantes do ANEXO XI.
- 3.2. As atividades de segurança patrimonial das obras e canteiros relacionados às INTERVENÇÕES será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e suas contratadas.
- 3.2.1. A MRS ou demais entes que convivam operacionalmente em estruturas compartilhadas da CONCESSÃO poderão solicitar apoio de segurança patrimonial da CONCESSIONÁRIA em determinada obra civil que eventualmente lhes couberem, desde que suportem seus custos, por meio de reembolso à CONCESSIONÁRIA em procedimento a ser estabelecido no âmbito da Convivência.
- 3.3. Situações eventuais decorrentes da realização das INTERVENÇÕES pelo PODER CONCEDENTE também seguirão as mesmas diretrizes aqui apresentadas, sendo responsabilidade do PODER CONCEDENTE elaborar e apresentar o respectivo PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA e garantir aderência da conduta de seus subcontratados às diretrizes estabelecidas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 3.3.1. Fará parte do PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA para as obras das INTERVENÇÕES, a regulamentação acerca da disponibilização, pela CONCESSIONÁRIA, e a forma de acesso pelo PODER CONCEDENTE, da infraestrutura necessária para realização das atividades, como por exemplo, área de apoio para guarda de materiais, sanitários e estacionamento de veículos.

**Requisitos do PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA**

- 3.4. Nos PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA serão levados em consideração e pactuados:

---

<sup>2</sup> Conforme Comunicado SPI/CPP Nº[--]/2025, disponível no site do projeto.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- i. Serviços a serem executados;
  - ii. Prazo de execução;
  - iii. Limites com as áreas operacionais (com ou sem barreiras físicas);
  - iv. Turnos e horários de trabalho (diurno/noturno, início/término);
  - v. Identificação das empresas executoras e seus empregados;
  - vi. Carga e descarga de materiais/equipamentos;
  - vii. Remoção de materiais/equipamentos – retirada de entulhos e restos de materiais;
  - viii. Circulação/atividades com mão de obra nesses limites;
  - ix. Rotina para solicitação de acessos (encaminhamento, formulário, e demais etapas do procedimento);
  - x. Segurança dos PASSAGEIROS e transeuntes;
  - xi. Segurança dos trabalhadores;
  - xii. Segurança dos materiais para as atividades (guarda e vigilância);
  - xiii. Tempos mínimos para mobilização e desmobilização;
  - xiv. Acompanhamento, monitoramento e outros que forem necessários para o melhor resultado; e
  - xv. Outros itens considerados importantes, em comum acordo
- 3.5. Uma vez estabelecida a programação para execução das atividades em convivência, esta deverá ser rigorosamente cumprida.

***Acessos: organização e responsabilidades***

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- 3.6. No planejamento dos PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA, deverá ser considerada a compatibilidade das atividades a serem executadas nas áreas comuns de trabalho e a viabilidade de acesso a estas áreas, com procedimento estabelecido segundo critérios técnicos e conforme os limites dessa convivência. Esses critérios e limites deverão ser identificados e consignados pelas partes envolvidas na transferência dos trechos em operação e em áreas que, simultaneamente à operação, ainda estiverem sob execução de obras civis e de sistemas.

***Matriz de responsabilidades e de informação***

- 3.7. Em eventual área operacional, a operadora que estiver no comando da área considerada durante a transferência da operação será a controladora e liberadora dos demais acessos, devendo viabilizar a continuidade da implantação, em obediência e consonância aos contratos que regem a prestação do serviço metroferroviário, da MRS e de outras concessionárias, que estejam vigentes ou a serem ainda formalizados.
- 3.8. Em caso da necessidade de acionamento do PAESE, tal providência deverá ser tomada pela CONCESSIONÁRIA, sendo os custos decorrentes de tal acionamento de responsabilidade da operadora que tenha realizado a demanda de utilização.
- 3.9. Os solicitantes assumirão os riscos das atividades, dentro das normas legais, regulamentos e procedimentos, sendo responsáveis pelas ocorrências, inclusive danos, nas áreas solicitadas para suas atividades.
- 3.10. Ao fim das atividades relacionadas no item 3.4., as áreas deverão ser restituídas de forma limpa e desimpedidas, em condições normais de uso e sem restrições. A execução de obras complementares posteriores e a implantação de sistemas em infraestruturas em plena implantação, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, poderão implicar a necessidade de suspensão temporária da OPERAÇÃO COMERCIAL em trechos de via e/ou de estações. A execução desta suspensão temporária deverá ser planejada de forma a permitir uma intervenção, inclusive em finais de semana, que gere o menor impacto possível sobre a operação e receitas, bem como para preservar o atendimento aos PASSAGEIROS e a circulação da MRS, mantendo os requisitos de segurança da operação, das instalações e de todos os participantes das atividades de intervenção, comunicando com a devida antecedência a ARTESP.
- 3.11. Essas intervenções poderão exigir o acionamento do PAESE e/ou a utilização de pessoal da CONCESSIONÁRIA, cujos custos e compensações serão ressarcidos por meio de regras de convivência e/ou regulamentos a serem formalizados entre as PARTES, com o devido detalhamento das condições necessárias.

**PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES, CCO E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO**

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

#### 4. INTEGRAÇÃO METROFERROVIÁRIA EM ESPÉCIE

4.1. **Integrações em estações operacionais regidas pelo CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (Convênio nº 087220408100).** O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO constante no ANEXO XI e seus apensos, foi firmado entre o METRÔ e a CPTM para cooperação e integração técnico-científica e operacional, visando à melhoria das condições do transporte público, com redução do tempo de viagem e proporcionando maior conforto aos USUÁRIOS, estando atualmente em revisão para viabilizar a adesão da VIAMOBILIDADE, da CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A, da concessionária do LOTE ALTO TIETÊ e, futuramente da CONCESSIONÁRIA, por tratar do compartilhamento de áreas de estações.

4.1.1. O referido convênio define critérios para o rateio e o correspondente ressarcimento das despesas de manutenção dos equipamentos e sistemas instalados, bem como as rotinas de convivência para operacionalização das áreas de integração e de uso comum. O Plano de Trabalho nº 002 do referido CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO também disciplina a atuação das partes nas estações indicadas em 4.1.2.

4.1.2. As disposições do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO deverão ser respeitadas nas seguintes estações:

- i. Estação Brás (EMPREENHIMENTO EST XXX)
- ii. Estação Corinthians-Itaquera (EMPREENHIMENTO EST XXX)

4.1.3. Ao término da FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 10, o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO deverá ser revisado, assumindo a CONCESSIONÁRIA as responsabilidades nele definidas.

4.1.3.1. O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, em razão da assunção das áreas e atividades pela nova CONCESSIONÁRIA, deverá prever rotinas para operacionalização das integrações mantidas com o METRÔ, a VIAMOBILIDADE, a MRS, a CONCESSIONÁRIA LINHA UNIVERSIDADE, a CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A, a CPTM, da concessionária do LOTE ALTO TIETÊ ou suas substitutas, ou mesmo outro serviço que vier a se integrar aos serviços das estações.

4.1.3.2. Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, os equipamentos das estações listadas no item 4.1.2, citados no CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, serão separados para o atendimento da LINHA 10, sendo identificados aqueles que ficarão sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, cujas condições deverão constar na revisão do convênio, citada no item 4.1.3.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 4.1.3.3. Na hipótese da existência de equipamento que não possa ser separado em função de sua utilização conjunta, a responsabilidade pela manutenção ficará com o METRÔ, na unidade em que esteja localizado, devendo a CONCESSIONÁRIA assumir a responsabilidade pecuniária proporcional ao uso de cada equipamento e ressarcir o METRÔ pelos serviços prestados e/ou pelos custos incorridos.
- 4.1.4. No período de vigência da CONCESSÃO, novos serviços que vierem a ser propostos pelo PODER CONCEDENTE, que demandem compartilhamento de plataformas e/ou vias afetas às estações listadas no item 4.1.2, deverão motivar a revisão do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ou criação de um novo Convênio.
- 4.1.5. Até a assinatura do referido convênio pela CONCESSIONÁRIA e enquanto o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO não disponha do contrário, caberá ao METRÔ:
- i. A responsabilidade e execução de todas as atividades (supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, dentre outras) nas áreas de seu uso exclusivo;
  - ii. A responsabilidade e execução das atividades de supervisão, manutenção, limpeza e segurança da área de uso compartilhado; e
  - iii. A responsabilidade pela manutenção do telhado, da rede de hidrantes, das bombas de incêndio e do Sistema de Detecção de Incêndio de toda a estação, inclusive dentro das áreas definidas para a CONCESSIONÁRIA.
- 4.1.6. Até a assinatura do referido convênio pela CONCESSIONÁRIA e enquanto o convênio não disponha do contrário, caberá à CONCESSIONÁRIA:
- i. A responsabilidade e execução das atividades de supervisão, manutenção, limpeza e segurança da área definida de responsabilidade da CPTM, exceto pelas manutenções de telhados, da rede de hidrantes, das bombas de incêndio e do Sistema de Detecção de Incêndio, a serem executadas pelo METRÔ, conforme anteriormente explicitado;
  - ii. Permitir o acesso das equipes de manutenção do METRÔ às áreas operacionais de seu uso exclusivo, mantendo-as desobstruídas de quaisquer obstáculos, de forma a propiciar o alcance aos equipamentos;
  - iii. Permitir o acesso das equipes de manutenção da CPTM às áreas operacionais da LINHA 10 na estação Brás, com supervisão das equipes de manutenção da CONCESSIONÁRIA; e

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- iv. A manutenção de todos os quadros (painéis) de luz, sistemas de iluminação, entre outros, que servem às plataformas de embarque dos SERVIÇOS da LINHA 10, hoje sob a responsabilidade da CPTM.
- 4.1.7. As Figuras de 1 a [--] indicam os limites das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA dentro das estações listadas no item 4.1.2.
- 4.2. **Estações não atendidas por convênios.** Atualmente quatro estações das LINHAS que serão compartilhadas pela CONCESSIONÁRIA com a CPTM ou terceiros, não possuem convênios para disciplinar a gestão dos espaços, quais sejam:
- i. Estação Luz (EMPREENHIMENTO EST [--]), integração da LINHA 10 com a LINHA 11, LINHA 12 e SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO; LINHA 7, TIC EIXO NORTE; com as LINHA 1 e LINHA 3 do METRÔ e LINHA 4 (VIAQUATRO).
  - ii. Estação Bom Retiro (EMPREENHIMENTO EST [--]), a ser construída pela Concessionária das Linhas 11, 12 e 13 e onde haverá a integração da LINHA 10 com a LINHA 11;
  - iii. Estação Parque da Mooca (EMPREENHIMENTO EST [--]) - a ser construída pela CONCESSIONÁRIA onde haverá integração da LINHA 10 com a LINHA 6 e potencialmente com a futura LINHA 16 e LINHA 13 da CPTM;
  - iv. Estação Ipiranga (EMPREENHIMENTO EST [--]) - a ser reconstruída pela CONCESSIONÁRIA e onde haverá integração da LINHA 10 com da LINHA 15 do METRÔ;
  - v. Estação Tamanduateí (EMPREENHIMENTO EST [--]) - pertencente ao METRÔ e onde existe a integração da LINHA 10 da CPTM com a LINHA 2 do METRÔ.
  - vi. Estação Bonsucesso (EMPREENHIMENTO EST [--]) - a ser construída pela CONCESSIONÁRIA onde haverá potencialmente integração da LINHA 14 com a futura LINHA 13;
  - vii. Estação Hospital Santa Marcelina (EMPREENHIMENTO EST [--]) - a ser construída pela CONCESSIONÁRIA onde haverá potencialmente integração da LINHA 14 com a futura LINHA 16 da CPTM;
  - viii. Estação São Miguel Paulista (EMPREENHIMENTO EST [--]) – estação de integração da LINHA 14 com a LINHA 12;



PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- ix. Estação Sapopemba (EMPREENHIMENTO EST [--]) - pertencente ao METRÔ e onde haverá a integração da LINHA 14 da CPTM com a LINHA 15 do METRÔ.
- 4.2.1. A CONCESSIONÁRIA, o METRÔ, a VIAQUATRO, CONCESSIONÁRIA LINHA UNIVERSIDADE S.A., CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A., a concessionária do LOTE ALTO TIETÊ e a CPTM deverão elaborar convênio(s) e os respectivos planos de trabalho de forma a definir áreas de convivência para as estações listadas no item acima.
  - 4.2.1.1. O convênio deverá considerar que a responsabilidade e execução das atividades de supervisão, manutenção, limpeza e segurança das áreas sob responsabilidade da CPTM na estação Luz e das áreas da futura estação Bom Retiro serão da CONCESSIONÁRIA.
  - 4.2.1.2. O convênio deverá considerar (i) aspectos de operação, manutenção e repartição de usos e custos de serviços nas áreas comuns; e (ii) os acordos de cooperação e integração técnico-operacional, planos de trabalho de forma a definir áreas de abrangência e responsabilidades de manutenção e compartilhamento de custos referentes às áreas de transferência com o METRÔ, a CPTM ou com outras concessionárias do sistema metropolitano.
  - 4.2.1.3. As formas de integração de passageiros entre os serviços de transporte nessas estações serão definidas pelo PODER CONCEDENTE.
  - 4.2.1.4. O convênio deverá receber a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE e não objeção do PODER CONCEDENTE.
- 4.2.2. As Figuras de [--] a [--] indicam os limites das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA dentro das estações listadas no item 4.2.
- 4.3. **CCO.** A CONCESSIONÁRIA e a CPTM deverão elaborar convênio(s) e os respectivos planos de trabalho de forma a definir áreas de convivência no CCO.
  - 4.3.1. O convênio deverá considerar que a responsabilidade e execução das atividades de supervisão, manutenção predial, limpeza e segurança das áreas sob responsabilidade da CPTM no CCO passarão a ser da CONCESSIONÁRIA.
  - 4.3.2. O convênio deverá abordar aspectos de operação, manutenção e repartição de usos e custos de serviços nas áreas comuns.
  - 4.3.3. O convênio deverá receber a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE e não objeção do PODER CONCEDENTE.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**5. INTEGRAÇÃO COM TERMINAIS DE ÔNIBUS, BICICLETÁRIOS E CONVÊNIO PAESE**

- 5.1. **Terminais de ônibus.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter entendimentos e celebrar convênios de convivência que definam os termos de cooperação e integração operacional com as respectivas prefeituras e com operadoras dos terminais de ônibus, se cabível, com anuência da ARTESP.
- 5.2. **Bicicletários.** Nas LINHAS existem bicicletários atrelados às estações cujas atividades de supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, vigilância patrimonial dentre outras, serão de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, devendo permanecer em funcionamento por todo o horário de OPERAÇÃO COMERCIAL, nas seguintes estações, sem prejuízo da obrigação da CONCESSIONÁRIA de atender a eventuais obrigações decorrentes de legislação aplicável, inclusive em âmbito municipal, observadas as diretrizes e regras previstas pela ARTESP:

**Tabela 1: Bicicletários existentes e total de vagas**

LINHA	ESTAÇÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
10	Tamaduateí	164
10	Santo André	334
10	Mauá	1968

Fonte: CPTM 2023

- 5.2.1. Nos novos bicicletários em implantação pelo PODER CONCEDENTE ou que venham a ser implantados junto a estações existentes, ou novas estações pela CONCESSIONÁRIA serão aplicados os mesmos critérios abordados no item acima.
- 5.3. **Convênio PAESE.** A CONCESSIONÁRIA deve participar do convênio PAESE, com o objetivo de estabelecer formas de cooperação operacional em situações de caráter preventivo, de emergência ou paralisação temporária dos Sistemas de Transporte Urbano da Região Metropolitana de São Paulo e determinar os procedimentos operacionais, as responsabilidades de atuação e as formas de remuneração dos custos decorrentes dessa atividade.

**6. CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CELEBRADOS COM OS MUNICÍPIOS, DEMAIS ENTES FEDERATIVOS, AUTARQUIAS E OUTROS**

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as disciplinas previstas nos convênios celebrados, e nos demais instrumentos incluídos no ANEXO XI.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá firmar ou renovar convênios ou instrumentos congêneres com as respectivas prefeituras dos Municípios localizados no traçado das LINHAS de forma a transferir a responsabilidade de manutenção, conservação, limpeza e iluminação para a CONCESSIONÁRIA, das transposições e obras de arte, na forma descrita no ANEXO I, inclusive as que forem construídas ou reformadas pela CONCESSIONÁRIA.

## 7. QUADRO RESUMO DAS INTEGRAÇÕES

- 7.1. Quadro resumo das estações com integrações metroferroviárias e terminais de ônibus:

Estações existentes	Linha/Serviço	Município	Integrações e observações
Luz	10	São Paulo	LINHA 1 do METRÔ; LINHA 3 do METRÔ; LINHA 4 do METRÔ; LINHA 7 da CPTM; TIC EIXO NORTE; LINHA 11 da CPTM; LINHA 12 da CPTM; SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO.
Brás	10	São Paulo	LINHA 3 do METRÔ; LINHA 7 da CPTM; LINHA 11 da CPTM; e LINHA 12 da CPTM.
Ipiranga	10	São Paulo	Futura Integração com LINHA 15 do METRÔ;
Tamanduateí	10	São Paulo	LINHA 2 do METRÔ

Futuras estações	Linha/Serviço	Município	Integrações previstas
Bom Retiro	10	São Paulo	LINHA 11 da CPTM
Parque da Mooca	10	São Paulo	LINHA 13 da CPTM LINHA 6 do METRÔ; e LINHA 16 do METRÔ.
ABC	10	Santo André	LINHA 14 da CPTM
Pari*	10	São Paulo	LINHA 19 do METRÔ
Bonsucesso	14	Guarulhos	Terminal de ônibus proposto junto à estação; LINHA 13 da CPTM; e LINHA 14 da CPTM
Hospital Santa Marcelina	14	São Paulo	LINHA 16 do METRÔ
Corinthians-Itaquera	14	São Paulo	Futura Integração com LINHA 3 do METRÔ; e Terminal Urbano do Metrô Corinthians-Itaquera

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

			da SPTRANS.
<b>Sapopemba</b>	14	São Paulo	Futura Integração com LINHA 15 do METRÔ; e Terminal Urbano Sul da SPTRANS.
<b>São Miguel Paulista</b>	14	São Paulo	Futura Integração com Linha 12 da CPTM
<b>ABC</b>	14	Santo André	LINHA 10 da CPTM

\*Empreendimento Contingente

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

**PARTE III – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ELETROMÍDIA**

**8. DIRETRIZES GERAIS SOBRE O CONTRATO ELETROMÍDIA**

- 8.1. A CPTM celebrou em 14 de fevereiro de 2020 o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, constante no ANEXO XI, cujo objeto é a concessão de uso de espaços para publicidade em trens e estações da CPTM, compreendendo mídia estática e digital, incluindo os encargos de modernização, implantação, operação, manutenção, conservação, comercialização e administração – Projeto Global Mídia CPTM.
- 8.2. A exploração de mídia e publicidade nas estações das LINHAS que sejam escopo do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL e nos trens que circularém nas LINHAS durante o período de vigência do referido contrato será feita pela ELETROMÍDIA, salvo se a CONCESSIONÁRIA requerer a sua rescisão e arcar com os custos correspondentes, na forma disposta no ANEXO XII.
- 8.2.1. Caso o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL não seja rescindido a pedido da CONCESSIONÁRIA nos termos do ANEXO XII, ele não deverá ser renovado em nenhuma hipótese. Caso mantido o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, a exploração comercial de espaços de mídia e publicidade a partir de 15/03/2030 será atividade exclusiva da CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, especialmente o ANEXO XII.
- 8.2.2. A exploração de mídia e publicidade nas novas estações destas linhas será feita pela CONCESSIONÁRIA desde o início da OPERAÇÃO COMERCIAL dessas estações.
- 8.3. A CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP, a CPTM e a ELETROMÍDIA deverão estabelecer regras de convivência para exploração de publicidade, observando as seguintes diretrizes gerais:
- i. Viabilizar e organizar tais regras de convivência levando-se em consideração os espaços disponíveis para exploração de mídia e publicidade que foram previamente concedidos à ELETROMÍDIA, observadas as diretrizes indicadas nesta Parte III e outras dispostas no CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL;
  - ii. Compatibilizar o acesso aos espaços de mídia e publicidade (incluindo monitores) em trens e estações, de forma a não interferir na operação da CONCESSIONÁRIA, resguardando sua utilização pela ELETROMÍDIA, cujas condições de mídia e publicidade estão previstas, a saber: (a) quanto às estações, constam do plano de modernização e nos Anexos 1, 1A, 2 e de 5 a 8 do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL; e (b) para os trens as condições de exploração de mídia e publicidade estão estabelecidas nos Anexos 3 e 4 do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL; e

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- iii. Considerar diretrizes e ações a serem adotadas, pelas partes, visando a mitigação de riscos decorrentes das atividades dos contratos envolvidos em regime de convivência.
- 8.4. Eventuais discordâncias entre as PARTES poderão ser submetidas aos meios de solução de controvérsias, nos termos do CONTRATO.
- 8.5. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, com a participação do terceiro contratado, deverá detalhar as condições de convivência quanto à interface de acesso nas estações das LINHAS em um termo de convivência, definindo as condições e responsabilidades do terceiro contratado em relação às despesas que serão geradas com consumo de energia e limpeza, se o caso, nos moldes semelhantes aos que serão aplicados para os locatários da CONCESSIONÁRIA, envolvendo também as condições de possíveis indenizações recíprocas decorrentes de danos a bens e instalações relacionadas com as atividades de mídia e publicidade e os próprios meios de mídia e publicidade, devendo a matéria ser submetida e apreciada pela ARTESP.

**9. RESPONSABILIDADES DAS PARTES INTERESSADAS**

- 9.1. Eventual descumprimento das regras de convivência, estabelecidas nesta parte III, que acarrete o inadimplemento, por parte da ELETROMÍDIA, de sua obrigação de ressarcir a CONCESSIONÁRIA das despesas geradas, dentre outras, com consumo de energia e limpeza, acarretará o ressarcimento da CONCESSIONÁRIA pela CPTM, haja visto contrato firmado por essa última com ELETROMÍDIA, observando-se as regras estabelecidas nas regras de convivência quanto ao prazo para a efetivação do ressarcimento e a forma de sua cobrança, ficando assegurado, em qualquer hipótese, o direito de regresso à CPTM.
- 9.2. A CONCESSIONÁRIA é responsável por todos os prejuízos de ordem técnica que der causa e que ensejem impacto, ou que venham a impedir, total ou parcialmente, o cumprimento do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, desde que devidamente comprovados pela CPTM, e aprovados pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, inclusive quanto aos correspondentes valores de indenização à CPTM, assim como eventuais lucros cessantes da CPTM causados por rescisão antecipada do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, mediante regramento a ser definido pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
  - 9.2.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser responsabilizada em caso de indisponibilidade da publicidade contida nos trens por qualquer erro, falha ou omissão imputável à ELETROMÍDIA.
- 9.3. Como diretrizes para acesso aos trens e estações das LINHAS, as regras de convivência, que serão firmadas entre a ARTESP, a CONCESSIONÁRIA, a CPTM e a ELETROMÍDIA, deverão contemplar as seguintes obrigações:

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 9.3.1. Observar as metragens de espaço e quantidade de equipamentos (tais como monitores e painéis digitais) já disponibilizadas à ELETROMÍDIA, devidamente disciplinadas no Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, inclusive quanto a metragens mínimas e de possibilidade de acréscimo, parte – “Inventário Disponível Para Concessão” (Anexos 1 e 1ª até 8 do Termo de Referência do CONTRATO MÍDIA GLOBAL), garantindo a metragem e as quantidades citadas para mídia e publicidade, mesmo durante períodos em que haja obras nas estações ou substituição de trens, sempre preservando as necessidades operacionais da CONCESSIONÁRIA, tudo sempre motivado e justificado;
- 9.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o acesso e atuação dos funcionários da ELETROMÍDIA e por ela contratados para os serviços programados de: implantação, operação, manutenção e conservação dos espaços e equipamentos de mídia e publicidade;
- 9.3.3. Inclusão de condições de verificação, pela CONCESSIONÁRIA, dos equipamentos instalados pela ELETROMÍDIA, comunicando à mesma e à CPTM a ocorrência que possa:
- i. prejudicar a movimentação de PASSAGEIROS;
  - ii. causar dano ao bem público;
  - iii. pôr em risco a integridade física dos PASSAGEIROS ou empregados da CONCESSIONÁRIA;
  - iv. interferir na OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo certo que caberá à ELETROMÍDIA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as áreas e equipamentos de mídia e publicidade em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CONCESSIONÁRIA, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, nos termos ali definidos. A atividade da CONCESSIONÁRIA quanto à verificação dos serviços referentes ao CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL será exclusivamente voltada aos aspectos de segurança e integridade das pessoas e dos bens;
  - v. disponibilização pela CONCESSIONÁRIA de todas as informações necessárias relativas aos espaços, incluindo as reservas e informações sobre a escala e circulação das composições de trens, para implantação de equipamentos em estações, mídia estática, adesivações internas e externas de trens, operação de upload de conteúdos de mídia digital nos monitores dos trens e estações,

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

tais como, mas não se limitando a: capacidade de energia, condições estruturais e instalações hidráulicas, com vistas aos levantamentos necessários pela ELETROMÍDIA, liberando-a para execução do projeto de mídia e publicidade, no espaço respectivo, devendo a CONCESSIONÁRIA conceder, após disponibilização do projeto pela ELETROMÍDIA, a não objeção relativa apenas às questões de interferências operacionais, observando o que segue:

- a. Após a solicitação de liberação de área, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para prestar as informações listadas de forma exemplificada no item (iv); e
- b. De posse das informações, a ELETROMÍDIA elaborará o projeto que, após entrega à CONCESSIONÁRIA deverá receber a não objeção, quanto aos aspectos de interferências operacionais no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

9.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá acionar a ELETROMÍDIA sempre que forem constatadas intercorrências de ordem técnica que de alguma forma possam afetar a normalidade do SERVIÇO CONCEDIDO no tocante ao funcionamento dos equipamentos de mídia e publicidade, devendo permitir o seu acesso imediato ao local, visando o equacionamento da intercorrência verificada, extra período de serviços programados, citados no inciso (ii) deste item. A ELETROMÍDIA deverá promover o restabelecimento, imediatamente, respeitando os prazos fixados nos itens 5.5, 5.6 e 5.7, constantes do Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL;

- i. Autorização, pela CONCESSIONÁRIA, de acesso gratuito aos empregados da CPTM, no exercício de fiscalização dos espaços e equipamentos instalados nas LINHAS, de acordo com as condições do plano de modernização e dos Anexos 1, 1A a 8 do Termo de Referência citado anteriormente e demais condições constantes do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, observado o previsto a respeito no Anexo XII.A;
- ii. De que a CONCESSIONÁRIA não poderá objetar o layout de campanhas a serem exibidas, desde que previamente aprovadas pela CPTM e ou PODER CONCEDENTE;
- iii. De que a CONCESSIONÁRIA não poderá objetar a utilização de novas tecnologias, formatos e projetos de monitores e painéis digitais ou de outras formas de mídia e publicidade que surjam no decorrer da vigência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, desde que previamente aprovadas pela CPTM



**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

e ou PODER CONCEDENTE e que não comprometam a sua OPERAÇÃO COMERCIAL;

- iv. De que a ELETROMÍDIA deverá comunicar à CPTM, a realização de solicitações à CONCESSIONÁRIA, relativas ao acesso aos trens e às estações das LINHAS para instalação, manutenção e/ou alteração de campanhas ou de equipamentos;
- 9.3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá cientificar, por cópia, a CPTM acerca de toda comunicação direcionada a ELETROMÍDIA em assuntos do âmbito do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL;
- 9.3.6. De que a ELETROMÍDIA, na forma disciplinada no Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, item 3.3, deverá ressarcir mensalmente, à CONCESSIONÁRIA, o consumo de energia elétrica dispendida com as mídias digitais devendo, para tanto, obrigatoriamente exercer a forma regulada no item acima;
- 9.4. Para os serviços de adesivação de trens, fixados no item 3.2.1 do Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, a CONCESSIONÁRIA e sua equipe operacional oferecerão a não objeção, considerando as seguintes condições:
- i. programar e recolher o trem visando vistoria, instalação de adesivos, retirada de adesivos, retrabalhos ou reparos;
  - ii. não haverá movimentação do trem durante a execução dos serviços pela ELETROMÍDIA;
  - iii. manter o trem adesivado em operação durante todo o período de divulgação informado pela ELETROMÍDIA. Caso seja necessário o recolhimento do trem adesivado para atender às demandas de manutenção preventiva e/ou corretiva, a CONCESSIONÁRIA deverá informar à ELETROMÍDIA, indicando motivo, local, horário de recolhimento e estimativa de prazo para devolução do trem para OPERAÇÃO;
  - iv. indicar outro trem, com as mesmas características, quando o trem selecionado estiver com uma parada de manutenção já programada a médio ou curto prazo;
  - v. instruir a equipe de adesivação da ELETROMÍDIA quanto ao cumprimento de seus regulamentos e normas internas, para que possa executar os trabalhos; e
  - vi. a CONCESSIONÁRIA, a seu critério, poderá indicar empregados para: (a) acompanhar os representantes da CPTM e da ELETROMÍDIA na vistoria prévia à instalação dos adesivos; e (b) na instalação e desinstalação dos adesivos, para orientar a equipe da ELETROMÍDIA sobre as partes e recursos do trem que terão que ser preservados

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

durante o trabalho. Caso a CONCESSIONÁRIA não indique representantes para acompanhamento dos trabalhos, não poderá questionar a integridade e conteúdo do relatório de vistoria, bem como a integridade dos trens quando da instalação e/ou desinstalação dos adesivos.

- 9.5. Quando houver a adesivação de trens, a identidade visual da CONCESSIONÁRIA poderá ser temporariamente suprimida, sendo responsabilidade da ELETROMÍDIA devolver tal identificação sempre que não houver mídia ou publicidade externa nos trens, se comprometendo a ressarcir qualquer dano nos trens, nos termos do item 5.5.1.3 do Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, bem como pela limpeza da cola. Os ativos (espaços de mídia, publicidade e equipamentos) serão de uso e exploração comercial exclusivos por parte da ELETROMÍDIA enquanto vigor o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL.
- 9.6. A CONCESSIONÁRIA será informada sempre que os ativos de mídia, publicidade e equipamentos forem atualizados e/ou modificados pela CPTM, bem como quanto ao cronograma de instalação dos itens constantes no CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL.
- 9.7. A ARTESP e a CPTM poderão designar representantes para atuar como interlocutor das regras de convivência definidas nesta Parte III, observadas as respectivas competências. A CONCESSIONÁRIA, do mesmo modo, deverá designar representante para atuar da mesma forma.
- 9.8. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha interesse na utilização dos espaços de mídia e publicidade deverá, necessariamente, realizar tratativas com a ELETROMÍDIA, tendo em vista tratar-se de atividade exclusiva e haja visto regramento presente no contrato entre CPTM e ELETROMÍDIA relativamente aos espaços utilizados.

## **10. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS EXPRESSOS**

10.1. O objeto da CONCESSÃO englobará três SERVIÇOS EXPRESSOS , quais sejam:

- i. **EXPRESSO PARANAPICABA**, com finalidade turística e o seguinte itinerário:

**IDA:** origem na estação Luz e terminal na estação Paranapiacaba da Serra;

**VOLTA:** origem na estação Paranapiacaba da Serra e terminal na estação Luz.

- ii. **EXPRESSO ABC**, sem finalidade turística e o seguinte itinerário:

**IDA:** origem na estação Tamanduateí e terminal na estação Santo André;

**VOLTA:** origem na estação Santo André e terminal na estação Tamanduateí;

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

iii. **EXPRESSO MOGI**, com finalidade turística e o seguinte itinerário:

**IDA:** origem na estação Luz e terminal na estação Mogi das Cruzes;

**VOLTA:** origem na estação Mogi das Cruzes e terminal na estação Luz;

10.1.1. Com relação ao EXPRESSO MOGI, a CONCESSIONÁRIA deverá comunicar à CONCESSIONÁRIA DO LOTE ALTO TIETÊ, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, a programação do roteiro, definido no item iii, acima.

10.2. Para o EXPRESSO MOGI e para o EXPRESSO PARANAPIACABDA, a CONCESSIONÁRIA fica autorizada a operar dois trens para cada um destes SERVIÇO EXPRESSO, sendo um no sentido de ida e outro no sentido de volta, em um dos roteiros definidos neste item acima, aos sábados, domingos, feriados e emendas de feriados, adentrando na ÁREA DE CONCESSÃO no período da manhã (entre 8h e 12h) e partindo no mesmo dia, no período da tarde (entre 12h e 17h).

10.2.1. Para o EXPRESSO ABC, a CONCESSIONÁRIA fica autorizada a operar a quantidade de trens que considerar necessária para operação deste SERVIÇO, que ocorrerá durante os dias úteis entre 6h e 20h15, desde que não haja prejuízo para a alocação de trens para o SERVIÇO regular da LINHA 10 e para seu desempenho nos INDICADORES DE DESEMPENHO.

10.3. A circulação dos SERVIÇOS EXPRESSOS poderá ser realizada através das vias de melhor conveniência indicadas pela CONCESSIONÁRIA, na ÁREA DE CONCESSÃO.

10.3.1. Em razão de seu itinerário, o SERVIÇO EXPRESSO MOGI circulará na via pertencente à Linha 11, administrada pela CONCESSIONÁRIA DO LOTE ALTO TIETÊ. O MATERIAL RODANTE do EXPRESSO MOGI deverá circular e estacionar exclusivamente na linha e em local indicado pela CONCESSIONÁRIA DO LOTE ALTO TIETÊ, sendo que sua utilização não poderá trazer prejuízo ao plano de oferta de lugares daquela concessionária.

10.4. As velocidades e tempos de percurso dos SERVIÇOS EXPRESSOS deverão estar compatíveis com os perfis geométricos da via permanente, garantindo a segurança operacional.

10.5. O compartilhamento de vias com os SERVIÇOS EXPRESSOS não poderá trazer prejuízo ao cumprimento do PLANO DE OFERTA DE LUGARES da CONCESSIONÁRIA.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

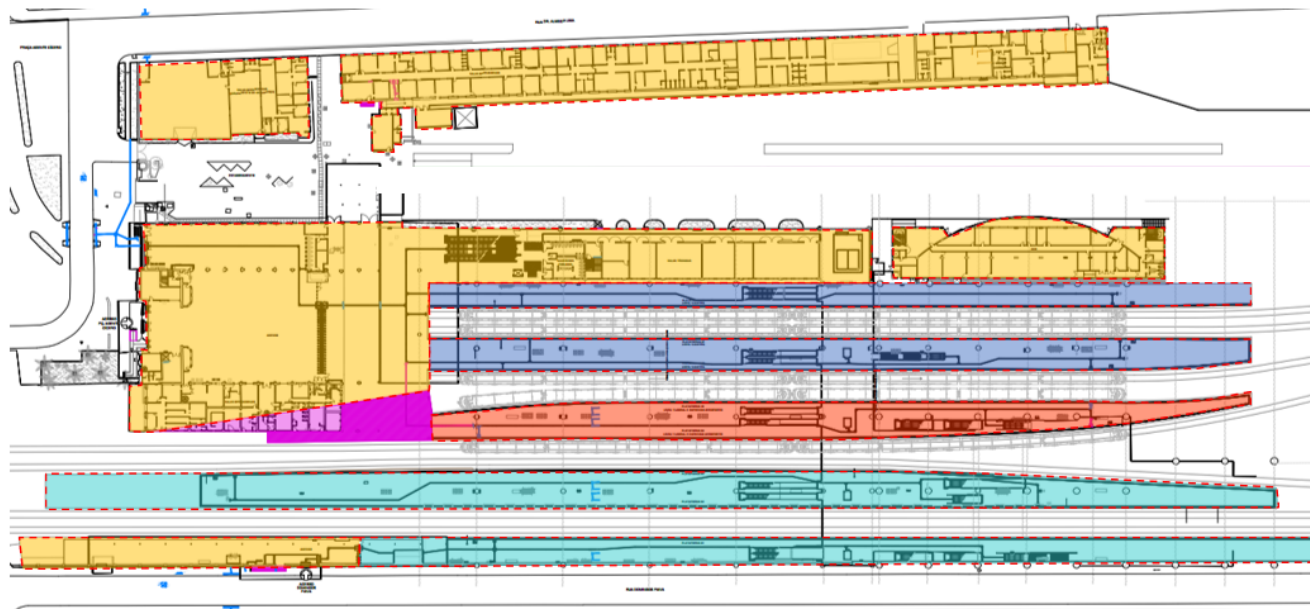
- 10.6. A manutenção e operação do trem, composto de locomotiva(s), carro(s) de passageiros e vagão bicicletário, bem como o embarque e desembarque de passageiros, serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sendo realizada no Pátio Lapa nas atuais instalações, as quais não serão objeto de compartilhamento com a CONCESSIONÁRIA.
- 10.7. Após o desembarque dos passageiros, os EXPRESSO MOGI e o EXPRESO PARANAPIACABA devem ser estacionado na plataforma de desembarque ou em local de melhor conveniência de escolha da CONCESSIONÁRIA, na ÁREA DE CONCESSÃO, que deverá disponibilizar salas de apoio aos funcionários destes SERVIÇOS.
- 10.7.1. No caso do EXPRESSO MOGI, a CONCESSIONÁRIA DO LOTE ALTO TIETÊ disponibilizará salas de apoio para a equipe da CONCESSIONÁRIA e permitirá a interligação às suas linhas de eventuais ramais ou estações específicas para estacionamento do EXPRESSO MOGI.
- 10.8. Em terreno externo à ÁREA DE CONCESSÃO e contíguo à via de estacionamento indicada pela CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no item 10.7, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP, a CPTM ou sua delegatária poderão construir uma estação ou plataforma para embarque e desembarque de passageiros dos EXPRESSO MOGI e do EXPRESSO PARANAPIACABA.
- 10.8.1. No caso de implantação da estação ou plataforma do EXPRESSO TURÍSTICO mencionada no item anterior, deverão ser estabelecidas condições específicas de procedimentos de convivência a serem acordados entre a CONCESSIONÁRIA, a Prefeitura de Mogi das Cruzes ou de Paranapiacaba da Serra, conforme o caso, e a CPTM, com submissão ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a ARTESP e anuência do PODER CONCEDENTE.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

**FIGURAS**

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**Figura 1: Estação Brás – Plataformas**



**LEGENDA:**

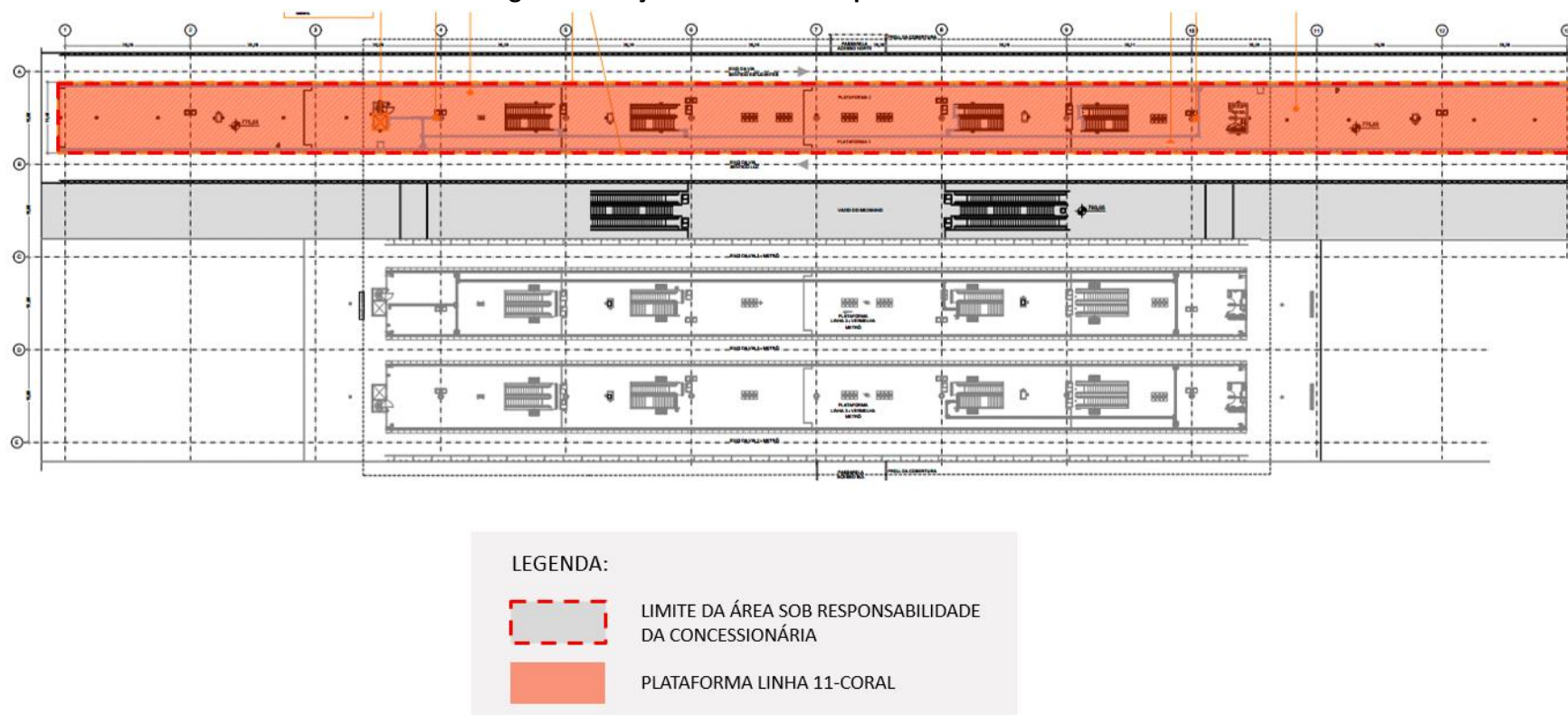
	LIMITE DA ÁREA SOB RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA		PLATAFORMA LINHA 12-SAFIRA
	DEMOLIÇÕES PREVISTAS EM ANTEPROJETO		PLATAFORMA LINHA 11-CORAL E EXPRESSO AEROPORTO
	ÁREA SUSCETÍVEL A COMPARTILHAMENTO ENTRE CPTM E CONCESSIONÁRIA		PLATAFORMA LINHA 10-TURQUESA

Fonte: Anteprojeto da estação Brás. Ver projetos não vinculativos.



PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**Figura 3: Estação Corinthians-Itaquera – Plataformas**



Fonte: Anteprojeto da estação Corinthians-Itaquera. Ver anteprojetos não vinculativos.



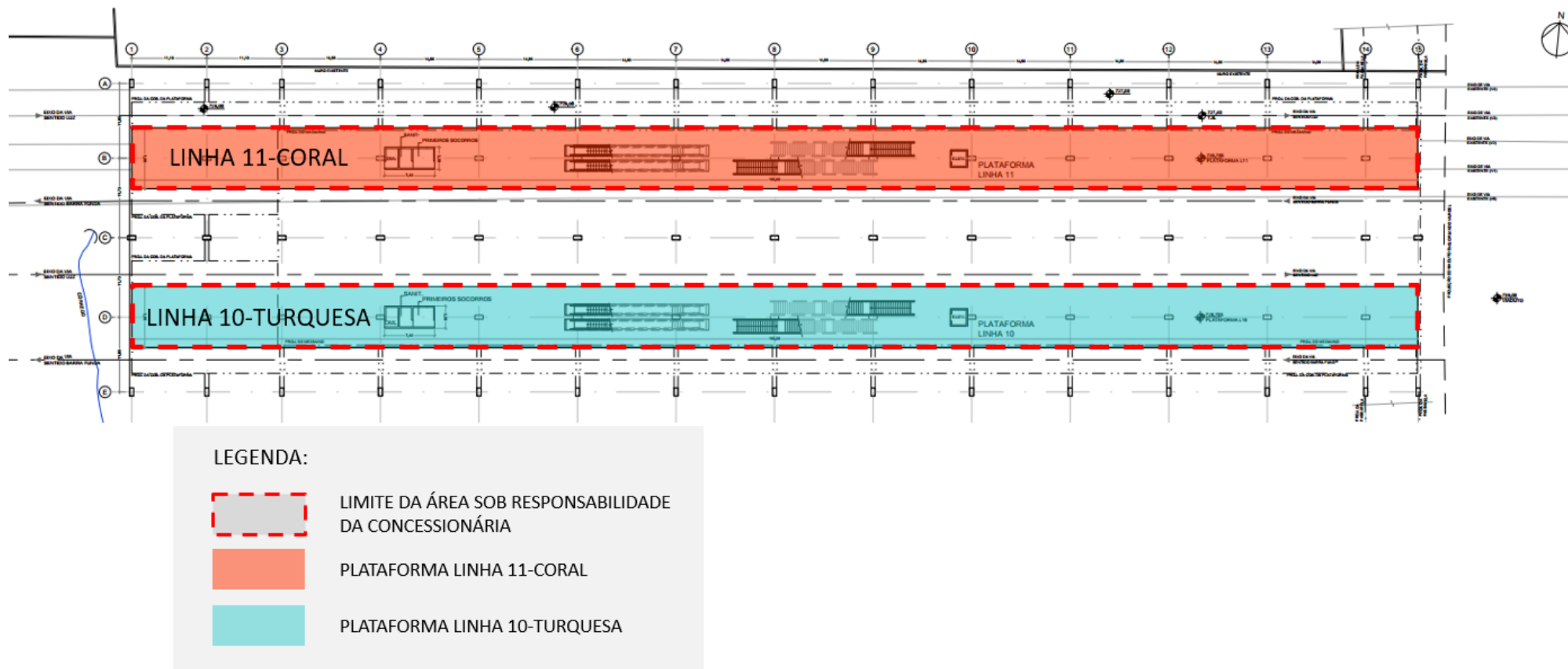
PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**Figura 3: Estação Corinthians-Itaquera – Mezanino.**

Fonte: Anteprojeto da estação Corinthians-Itaquera. Ver anteprojetos não vinculativos

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

Figura 4: Estação Bom Retiro - Plataformas

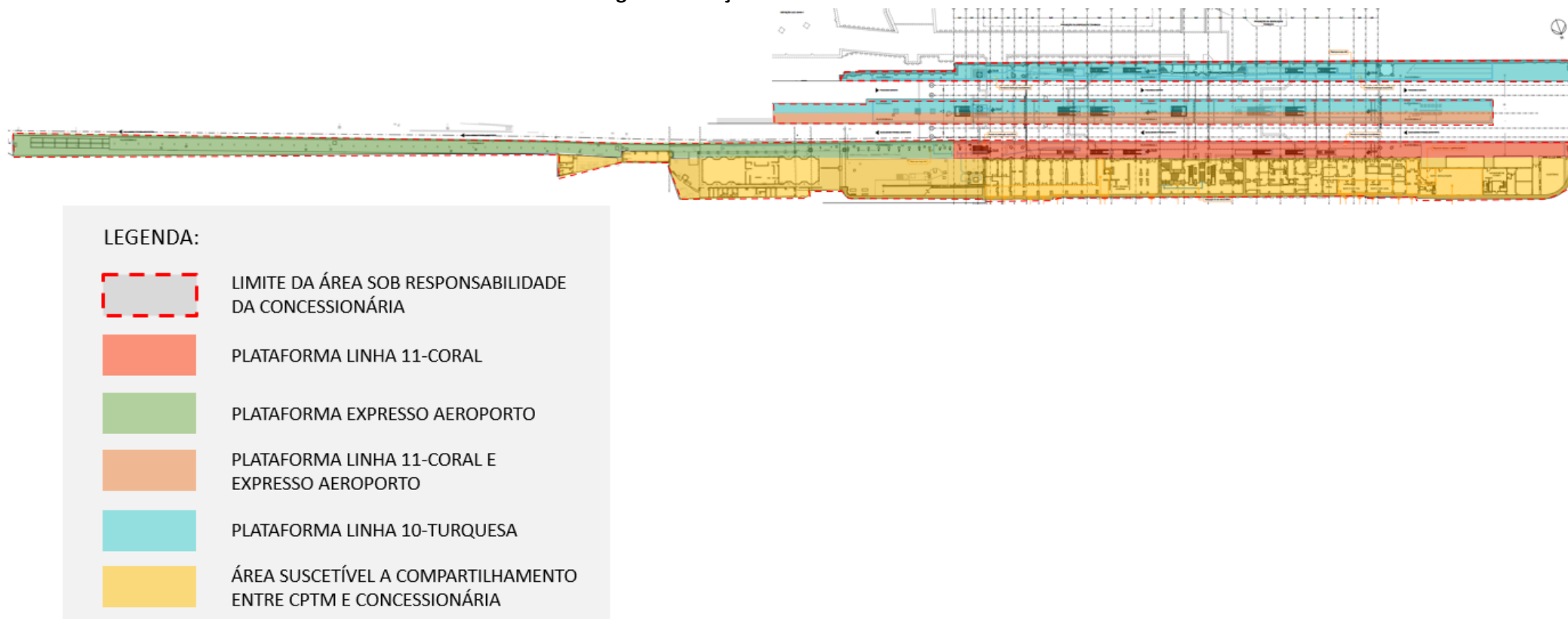


Fonte: Fonte: Anteprojeto da estação Bom Retiro. Ver anteprojeto não vinculativos.



PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

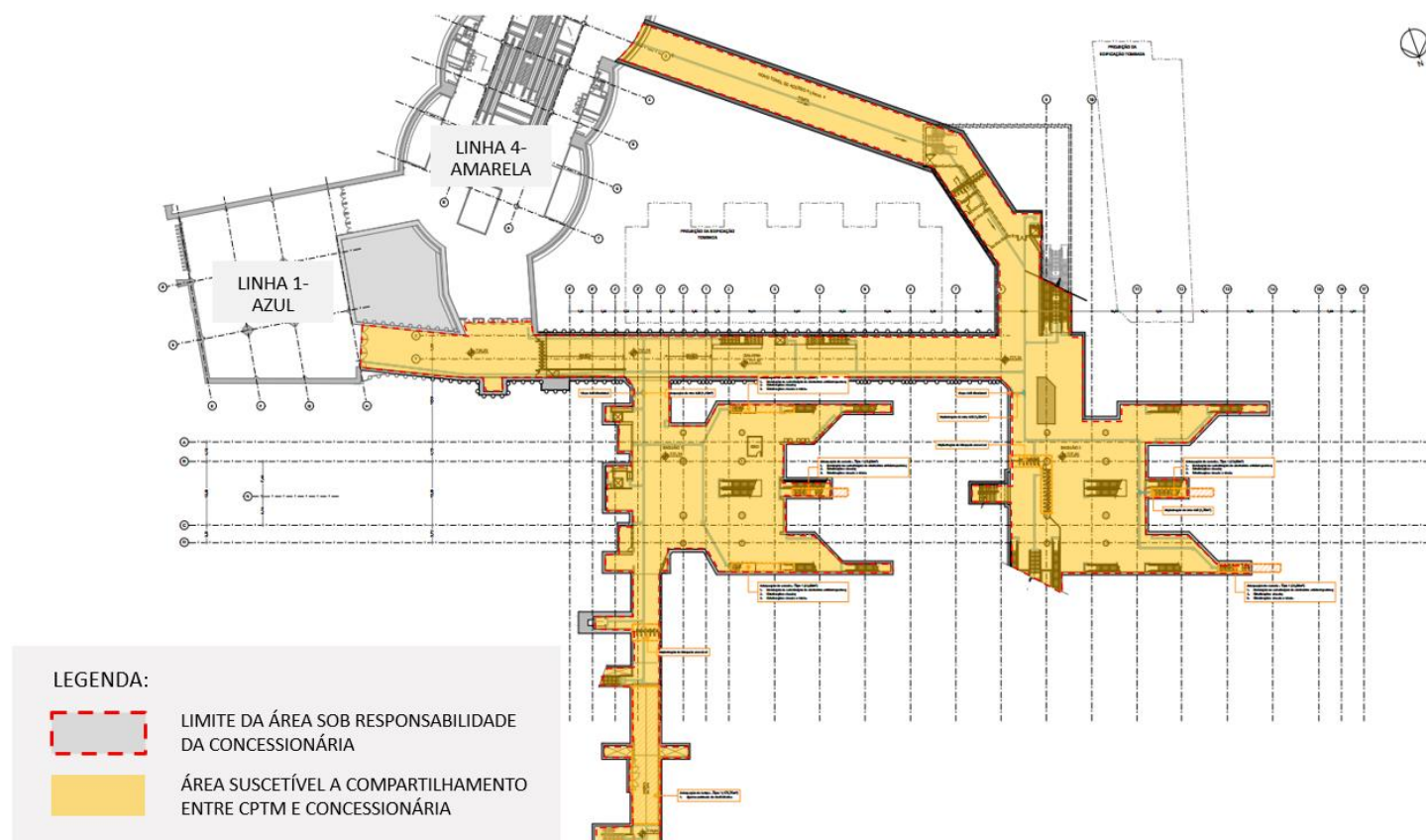
**Figura 6: Estação Luz – Plataformas**



Fonte: Anteprojeto da estação Luz. Ver anteprojetos não vinculativos

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**Figura 11: Estação Luz – Mezanino inferior**



Fonte: Anteprojeto da estação Luz. Ver anteprojeto não vinculativos.